

Resenha

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.45689>

Infância e juventude: reflexões acerca da justiça, direitos humanos e políticas sociais no século XX na América Latina

Childhood and Youth: Reflections on Justice, Human Rights, and Social Policies in 20th Century Latin America

Infancia y Juventud: Reflexiones sobre Justicia, Derechos Humanos y Políticas Sociales en el Siglo XX en América Latina

Priscila Emanoeli Rodrigues Cozer¹

<https://orcid.org/0009-0002-2538-3047>

Resenha do livro: Arend, Silvia Maria Fávero, e Humberto da Silva Miranda, org. *Os tempos da justiça: História, infâncias e direitos humanos na América Latina*. Criciúma: EDIUNESC, 2023.

Como citar esta resenha:

Cozer, Priscila Emanoeli Rodrigues. “Resenha do livro: Os tempos da justiça: História, infâncias e direitos humanos na América Latina, de Silvia Maria Fávero Arend e Humberto da Silva Miranda”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 1 (2025): 304-309.

Nas últimas décadas, infâncias e juventudes vêm sendo abordadas pelos historiadores com o objetivo de dar visibilidade a debates que visem assegurar os direitos da população infantojuvenil e de os ampliar. Neste sentido, fontes foram revisitadas e problematizadas na construção desse

¹ Doutoranda em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina — UDESC; Mestre em História, Culturas e Identidades pela Universidade Estadual de Ponta Grossa — UEPG. E-mail: priscilacozer@gmail.com.

saber historiográfico, até pouco tempo pautado em grande medida pelo olhar dos adultos, ignorando as “vozes” de crianças e adolescentes. Segundo Sosenski, “pocos historiadores e historiadoras han prestado atención a las dinámicas que generaron niñas y niños en la vida [...]. Así, la historia que se escribe y, por ende, la que se enseña en las aulas, es generalmente adultocéntrica” (Sosenski 2016, 46). Podemos destacar autoras como Irene Rizzini, Irma Rizzini e Sônia Camara, que têm contribuído significativamente para a compreensão das infâncias em sua pluralidade, enfatizando a importância de considerar as experiências, perspectivas e contextos sociais específicos vivenciados por crianças e adolescentes.

A coletânea, organizada por Silvia Maria Fávero Arend e Humberto da Silva Miranda, apresenta um conjunto de reflexões de pesquisadores/as do Brasil, Chile e Argentina. A obra é resultado do III Encuentro de la Red de Estudios de Historia de las Infancias en América Latina e do I Seminário Nacional do Grupo de Trabalho História da Infância e da Juventude — Anpuh/BR, evento realizado em 2021 (Arend e Miranda 2023, 13).

O livro *Os Tempos da justiça: História, infâncias e direitos humanos na América Latina*, publicado em 2023, está assim organizado: prefácio, introdução escrita pelos organizadores e 11 capítulos, estes, distribuídos em três partes: Parte I: Justiça; Parte II: Direitos Humanos; e Parte III: Políticas Sociais. A obra se destaca por sua abordagem transnacional e interdisciplinar, articulando história, direito e políticas sociais. O prefácio de Eduardo Silveira Netto Nunes — *Crianças e adolescentes: temos medo de vocês?* — já sinaliza o tom crítico da coletânea, questionando as práticas sociais e jurídicas que historicamente marginalizaram essa população. A introdução, escrita pelos organizadores, contextualiza a produção historiográfica recente, destacando a necessidade de superar perspectivas adultocêntricas. Essa crítica ao adultocentrismo é um dos eixos centrais da obra, reverberando em capítulos como o de Daniel Alves Boeira, que analisa a construção do conceito de “menor infrator” durante a ditadura militar brasileira, e o de Camila Serafim Daminelli, que discute a genericidade da categoria “menor” no Código de Menores de 1979.

A primeira parte da coletânea é dedicada à questão da justiça, sendo composta por quatro capítulos, nos quais são analisadas as trajetórias jurídicas, assim como os direitos das infâncias e da juventude. O primeiro desses capítulos *O juízo de órfãos e a tutela orfanológica no Brasil: Notas sobre as fontes documentais*, que, escrito por José Carlos da Silva Cardozo e Fabiano Quadros Rückert, destaca o uso de diferentes fontes históricas e como esse processo auxiliou os historiadores nas pesquisas relacionadas às questões da infância e da juventude no Brasil.

O segundo capítulo, *O menor como “inimigo”: Reverberações na CPI do menor (1975-1976)*, de Daniel Alves Boeira, e o capítulo seguinte, *História de um sujeito genérico abstrato: O menor e a menoridade*

no Brasil no contexto do Código de Menores de 1979, de Camila Serafim Daminelli, articulam-se ao abordarem a construção histórica e jurídica da categoria de “menor” no Brasil, especialmente no contexto da ditadura militar. Ambos os autores destacam o papel do Estado e de suas instituições na formulação de políticas voltadas à infância e à juventude marginalizadas, com ênfase nas ações da Fundação do Bem-Estar do Menor (Funabem). Enquanto Boeira foca na atuação repressiva e na militarização das respostas estatais ao chamado “menor infrator”, ressaltando a influência da Doutrina de Segurança Nacional e criticando a abordagem punitiva em um contexto social excludente, Daminelli analisa como, na década de 1970, a construção jurídica desse sujeito se deu de forma genérica e imprecisa, a partir de uma lógica assistencialista que equiparava o menor infrator ao menor abandonado. Ambos os capítulos evidenciam como as políticas voltadas à infância foram marcadas por contradições entre controle social e assistência. Além disso, eles revelam as consequências negativas dessas práticas na vida dos jovens afetados, como o tratamento judicial inadequado e a ausência de distinções fundamentais na legislação da época. Assim como Rizzini (2009, 27), demonstram como o regime militar atribuiu à questão do “menor” um caráter estratégico, para implementar políticas autoritárias, centralizadas e voltadas para o controle da infância marginalizada, tratada como ameaça à ordem social e ao desenvolvimento do país.

O quarto e último capítulo dessa primeira parte, *Direitos dos adolescentes em conflito com a lei: Caminhando a passos lentos (Brasil, 1991–2002)*, de Silvia Maria Fávero Arend, analisa os processos de introdução de direitos aos adolescentes em conflito com a lei. A autora ressalta a ausência de submissão de relatórios pelo Brasil ao Comitê de Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU) no período compreendido entre 1990 e 2002.

A parte II, *Direitos Humanos*, está organizada em quatro capítulos. O primeiro, *Historias sobre la pubertad: Saberes del pasado para pensar derechos en el presente*, de Cecilia Rustoyburu, analisa as diferentes conjecturas sobre os processos biológicos ocorridos na Argentina durante os anos 1950–1960, destacando o desenvolvimento de tecnologias biomédicas que permitiram a intervenção médica em casos de características masculinas e femininas durante a puberdade, e trata da influência da medicina na definição do corpo. A autora problematiza a medicalização da puberdade, indicando que a ciência médica ocidental a considera crucial ao marcar a diferença sexual por meio de características secundárias.

Os capítulos *La expansión del lenguaje de los derechos en clave local: La escucha de niños y niñas en la justicia de familia, Argentina (1990-2015)*, de Carla Villalta, e *Los derechos de la infancia como categoría del análisis: Algunas reflexiones sobre sus límites, potencialidades y desafíos*, de María Florencia Gentile e María Carolina Zapiola, dialogam ao analisarem criticamente a construção e a aplicação dos direitos da

infância na Argentina, especialmente a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989. Ambos os textos demonstram a transição da noção de “menor” para as categorias de criança e adolescente, bem como o deslocamento da lógica da incapacidade para a valorização da autonomia progressiva. Enquanto Villalta foca nas tensões judiciais em torno do direito das crianças de serem ouvidas e em como as interpretações judiciais ainda reproduzem concepções modernas e limitadoras da infância, Gentile e Zapiola ampliam o debate ao problematizar o próprio conceito de direitos da infância como categoria analítica, explorando seus paradoxos, limites e possibilidades.

Fechando a segunda parte do livro, o capítulo *Entre o vivível e o matável: Da autobiografia de Lia Junqueira à crítica da “questão do menor” no Brasil dos anos 1970-1980*, de José dos Santos Costa Júnior, analisa os movimentos sociais iniciados na década de 1970 e a defesa de direitos para grupos como os de mulheres, indígenas, crianças e adolescentes, partindo da publicação do livro *Abandonados*, de 1986, que conta a história da advogada Lia Junqueira. Ele busca analisar a trajetória do Movimento de Defesa dos Menores (MDM) e a participação de Lia Junqueira — o que revela um esforço coletivo para desnaturalizar a categoria “menor”, redimensionando o olhar da sociedade em relação às condições de vida desses jovens.

A parte III, *Políticas Sociais*, se inicia com o capítulo *O departamento nacional da criança: Uma experiência de centralização nas políticas socioassistenciais materno-infantis*, de Ismael Gonçalves Alves, que aborda as medidas de proteção à criança e à maternidade durante o Estado Novo no Brasil, estabelecido em 1937. Essas medidas eram consideradas questões de ordem econômica e moral, mesclando ideias eugenistas com discursos políticos e médicos. O autor discute a ideia de maternidade e a criação do Departamento Nacional da Criança (DNCr), destacado como instituição governamental responsável por centralizar e difundir as políticas sociais de proteção à criança e à infância em todo o país durante o Estado Novo.

O capítulo *Discursos jurídicos, famílias e política de abrigamentos (Santa Catarina, década de 1990)*, de Elisângela da Silva Machieski, discute as implicações referentes ao elevado número de crianças e adolescentes internados em abrigos na cidade de Criciúma, em Santa Catarina, na década de 1990. A autora contextualiza historicamente a prática de internação de crianças e adolescentes no Brasil, mencionando debates desde a década de 1940. Ela aponta uma mudança de paradigma nos anos 1980, com a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, que reconhecem a família como base fundamental para o desenvolvimento infantojuvenil, examinando a aplicabilidade da legislação na primeira década após sua implementação. Como apontam Irene e Irma Rizzini (2004, 13), a distância entre os marcos legais e a realidade institucional revela a

persistência de práticas tutelares e excludentes, que continuam a afetar de forma desproporcional crianças oriundas de contextos de pobreza.

O capítulo *Malnutridos e irregulares: La política de infancia de la dictadura civico-militar chilena (1973-1990)*, de Karen Alfaro Monsalve, aborda a política de infância durante o governo da Unidade Popular (UP) no Chile, em 1970, enfatizando o Programa Nacional de Leite (P.N.L.), implementado para combater a desnutrição infantil. O texto discute a transição política para a ditadura cívico-militar no Chile, que buscou dismantelar as políticas sociais da UP. Destaca a implementação de um novo modelo de Estado, baseado no princípio de subsidiariedade, desestatizando as demandas sociais e entregando a gestão dos recursos públicos a entidades privadas. A autora apresenta políticas de recuperação da desnutrição infantil durante a ditadura, por meio da Corporación para la Nutrición Infantil (Conin).

Encerrando a terceira parte do livro, o capítulo *Políticas públicas para crianças e adolescentes em tempos de pandemia*, de Ailton José Morelli, traz uma reflexão sobre o impacto da pandemia da covid-19 em 2020, destacando a atenção dada a crianças e a idosos nas políticas de contenção e cuidado, revelando a fragilidade das políticas públicas e a falta de protocolos. O autor explora a relação entre políticas públicas e crianças, mostrando a necessidade de investimento e de mudanças na sociedade. O autor examina as dificuldades enfrentadas pela população infantil durante a pandemia, como a falta de acompanhamento escolar, a insegurança alimentar e as dificuldades de acesso à educação remota.

A coletânea oferece contribuição relevante para os estudos da infância e juventude na América Latina, tanto pela diversidade temática quanto pela articulação entre história, justiça e direitos humanos. A obra se destaca ao reunir pesquisadores de diferentes países em torno de questões comuns, evidenciando as conexões transnacionais. O livro se propõe compreender o processo de mudança na proteção das infâncias no Brasil, no Chile e na Argentina. As discussões listadas em cada capítulo se entrelaçam, perpassando as ditaduras militares até os dias atuais, contribuindo para novos debates no campo historiográfico e explorando novos caminhos.

No entanto, a abordagem interseccional poderia ampliar o potencial crítico da obra, conectando as estruturas de poder às trajetórias das infâncias e juventudes latino-americanas. Embora questões de raça, gênero e classe perpassem implicitamente muitos dos capítulos, elas não são tematizadas de forma sistemática. Por exemplo, a análise da Funabem poderia enriquecer-se ao dialogar com estudos sobre racismo estrutural, já que a criminalização da pobreza no Brasil tem fortes raízes raciais. Da mesma forma, a discussão sobre juventude ganharia maior profundidade

se incorporasse perspectivas de gênero e sexualidade, considerando como normas sociais moldam as experiências juvenis.

Referências bibliográficas:

Rizzini, Irene, e Irma Rizzini. *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

Rizzini, Irene, e Francisco Pilotti, org. *A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Sosenski, Susana. “Dar casa a las voces infantiles – reflexiones desde la historia”. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 14, n. 1 (2016): 43-52.

Recebido: 21 de agosto de 2024

Aprovado: 11 de maio de 2025